

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS – UNIFAL/MG  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – ICSA**

**LARISSA REGINA DE OLIVEIRA**

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA NOS NÍVEIS DE ENSINO DO BRASIL**

**VARGINHA/MG**

**2023**

**LARISSA REGINA DE OLIVEIRA**

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA NOS NÍVEIS DE ENSINO DO BRASIL**

Trabalho de conclusão de PIEPEX apresentado ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência e Economia.

Orientador: Ricardo Carvalho da Silva.

**VARGINHA/MG**

**2023**

## RESUMO

Sendo as decisões financeiras uma das principais fontes de endividamento e atraso da economia de um país, o objetivo deste artigo é descrever e analisar a Educação Financeira no Brasil nos níveis de ensino do Brasil. A metodologia adotada é a revisão de literatura narrativa utilizando, principalmente, a Base Nacional Curricular Comum, as informações dadas pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, bem como as últimas pesquisas que trataram do tema em diferentes cenários. Os resultados obtidos revelam a relevância do tema no país e como esse assunto vem ganhando espaço, apesar de ainda existir um longo caminho a ser percorrido para realmente encontrar o impacto causado por uma educação financeira de qualidade, isso porque ainda é possível observar a falta de conhecimento dos brasileiros sobre os variados tipos de produtos e serviços financeiros disponíveis no mercado de forma ampla, o que vai de encontro com a realidade atual socioeconômica do Brasil.

**Palavras-chave:** Educação Financeira; Finanças Pessoais; Instituições de Ensino.

## **ABSTRACT**

As financial decisions are one of the main sources of indebtedness and backwardness of a country's economy, the aim of this article is to describe and analyze Financial Education in Brazil at the educational levels in Brazil. The adopted methodology is the narrative literature review using, mainly, the National Common Curriculum Base, the information given by the Organization for Economic Cooperation and Development, as well as the latest research that dealt with the theme in different scenarios. The results obtained reveal the relevance of the theme in the country and how this subject has been gaining space, although there is still a long way to go to really find the impact caused by a quality financial education, because it is still possible to observe the lack of knowledge of Brazilians about the various types of financial products and services available in the market in a broad way, which is in line with the current socioeconomic reality in Brazil.

**Keywords:** Financial Education; Personal Finances; Teaching Institutions.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>2. O QUE É EDUCAÇÃO FINANCEIRA? .....</b>	<b>5</b>
2.1. PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA .....	7
2.2. POR QUE A EDUCAÇÃO FINANCEIRA É IMPORTANTE? .....	8
<b>3. EDUCAÇÃO FINANCEIRA NOS ENSINOS DO BRASIL .....</b>	<b>10</b>
3.1. ENSINO FUNDAMENTAL.....	11
3.2. ENSINO MÉDIO .....	12
3.3. ENSINO SUPERIOR .....	13
<b>4. REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>15</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>24</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>26</b>

## **1. INTRODUÇÃO**

A Educação Financeira é, na grande maioria das vezes, ensinada a partir do ensino superior, além de não estar presente em todos os cursos de graduação. Educar-se financeiramente não consiste apenas em aprender a economizar ou juntar dinheiro e sim buscar uma melhor qualidade de vida que seja proporcionalmente segura.

Portanto, para que todos alcancem seus objetivos e evitem problemas financeiros, é necessário que haja uma boa orientação financeira desde o início da vida para que as melhores decisões sejam tomadas. No entanto, essa ainda não é uma realidade do Brasil e existem diversas pessoas que ainda não entendem e/ou não estão sendo atingidas de forma ampla com ensinamentos da Educação Financeira, segundo as pesquisas de campo que serão tratadas ao decorrer deste estudo.

O objetivo desta pesquisa é apresentar sobre a Educação Financeira nos níveis de ensino do Brasil a partir de sua descrição e análise. Para isso, serão apresentados o seu conceito e os seus princípios, além da exposição de sua importância. Dessa maneira, o foco do estudo está em seu entendimento e em como a educação financeira tem sido tratada no Brasil a nível das instituições de ensino.

O texto está organizado em quatro seções feitas através de revisão de literatura narrativa. Após esta introdução, a segunda seção explica o que é Educação Financeira e detalha os princípios e a importância da mesma para a vida de cada um. Em seguida, a terceira seção apresenta um pouco sobre a realidade da Educação Financeira nos diferentes níveis de Ensino do Brasil. Após, é feita uma revisão das principais pesquisas desenvolvidas por outros autores sobre o assunto e, por fim, as considerações finais.

## **2. O QUE É EDUCAÇÃO FINANCEIRA?**

Segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2005), o conceito de educação financeira é o processo que permite melhorar a compreensão em relação aos produtos e serviços financeiros, se tornando capaz de fazer escolhas de forma bem-informada.

Em outras palavras, Educação Financeira (EF) consiste no processo pelo qual os indivíduos e as sociedades melhoram seu entendimento acerca dos conceitos e produtos financeiros (OCDE, 2005). A Educação Financeira tem sua importância desde antes mesmo da criação da moeda, pois foi na antiguidade que surgiram os processos de trocas, onde determinados grupos trocavam suas produções por outras. Esse procedimento já contava com o interesse de entender as necessidades e colocar na balança qual seria a melhor opção para a vida daquele determinado indivíduo naquele momento.

De acordo com Michelle Nogueira (2015) do canal de informações Estudo Prático:

Cada família possuía uma determinada habilidade: pesca, agricultura, pecuária etc. Para garantir o sustento e uma boa produtividade, essa ascendência ocupava-se apenas com essa única tarefa. No fim das contas, produziam mais do que consumiam, e começaram assim, a estocar. Mas os produtos estragavam, e, além disso, a casa precisava de outros itens fora os que eram feitos por eles. Daí apareceu a necessidade da troca. Esse sistema permitia que as pessoas não sofressem com o desperdício das suas mercadorias e ainda obtivessem outras, cultivadas ou criadas por famílias diferentes. Assim, um produtor de trigo, trocava o expediente de seu trabalho por feijão, arroz, peixes e carnes. Não existia uma quantidade pré-determinada, e a barganha era essencial. Como as trocas eram diretas e sem preços específicos, barganhar era a forma de se conseguir um bom negócio (NOGUEIRA, 2015, p. 1).

Com isso, é válido pontuar que o sistema de trocas já possuía uma característica que é igual a que temos hoje para o conhecimento financeiro se tornar essencial. Era e é importante entender quais são as necessidades e as formas de conseguir alcançar o que se é desejado baseando-se no sistema financeiro do tempo em que se vive.

Se educar sobre o Financeiro é buscar formas de entender as movimentações em relação ao produto ou serviço disponível e alinhar de acordo com as demandas pessoais. Para complementar, a OCDE disponibiliza mais uma definição sobre o assunto que se alinha com o que foi visto até agora.

A educação financeira pode ser definida como "o processo pelo qual consumidores/investidores financeiros aprimoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução e/ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança para se tornarem mais conscientes de riscos e oportunidades financeiras, a fazer escolhas informadas, a saber onde buscar ajuda, e a tomar outras medidas efetivas para melhorar seu bem-estar financeiro" (OCDE, 2005, p. 5).

Somado a isso, com o aumento das possibilidades de consumo, a Educação Financeira se torna ainda mais necessária para despertar a consciência da população, pois ela tem o propósito de garantir o entendimento das circunstâncias financeiras atuais para que o indivíduo se encontre em uma posição de melhoria e desenvolvimento não só quanto as suas decisões individuais, mas também familiares e em sociedade, pois segundo José Savoia, André Saito e Flávia Santana (2007) em sua menção à Worthington (2006), o conhecimento financeiro pode ser enquadrado em duas vertentes: pessoal e profissional.

Do ponto de vista pessoal, é atrelado à compreensão da economia e de como as decisões das famílias são afetadas pelas circunstâncias econômicas. Inclui ainda tópicos da gestão de recursos, tais como: orçamento, poupança, investimento e seguro. No âmbito profissional, o conhecimento financeiro é vinculado à compreensão de relatórios financeiros, fluxos de caixa e mecanismos de governança corporativa das empresas (WORTHINGTON, 2006 apud SAVOIA, SAITO, SANTANA, 2007).

Na sequência serão tratados e avaliados os princípios da Educação Financeira definidos pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, de forma que seja possível visualizar o conceito por trás destas definições.

## **2.1. PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA**

Com base na citação da OCDE feita acima sobre o que é Educação Financeira, temos um primeiro princípio criado por ela. A Organização define que ensinar sobre esse assunto vai muito além de apenas fornecer informações e aconselhamentos, mas também garantir a regulação da proteção, principalmente, dos consumidores em relações comerciais.

O segundo princípio diz que essa capacitação deve ser promovida em todos os cenários, sendo oferecida de forma justa e imparcial, ou seja, os programas de ensino devem ser desenvolvidos com eficácia e garantir que seja para todos.

A OCDE define, para o terceiro princípio, a seguinte instrução:

Os programas de educação financeira devem se concentrar em questões de alta prioridade que, a depender das circunstâncias nacionais, podem envolver aspectos importantes do planejamento da vida financeira, como poupança básica, gestão da dívida privada ou seguro, bem como pré-requisitos para conscientização financeira, como noções de matemática financeira e economia. Deve-se estimular a conscientização dos futuros aposentados

sobre a necessidade de avaliar a adequação financeira dos seus regimes atuais de previdência pública e privada e de tomar as medidas apropriadas quando necessário (OCDE, 2005, p. 5).

Portanto, criar um programa que leve esse conhecimento para todos os públicos não é fácil e deve levar em consideração diversos fatores que influenciem na hora das tomadas de decisões relacionadas à vida financeira.

O quarto e o quinto princípio se complementam e informam que a EF deve ser tida como ferramenta que promova o crescimento econômico e estabilidade, mas que não deve ser deixada de lado a regulação financeira e a proteção do consumidor, pois é essencial que esses dois existam para complementar a proteção do indivíduo no mercado.

No âmbito da Educação Financeira se encontram diversos temas que devem ser tratados ao decorrer da vida de um indivíduo e um deles, conforme o sexto princípio, deve ser trazido pelas Instituições Financeiras, pois grande parte do capital de uma pessoa, nos dias de hoje, passa por elas. Com isso, é essencial que estas forneçam informações e orientações sobre questões financeiras e também promovam a conscientização em suas relações com o indivíduo.

Para o último princípio, de acordo com a OCDE, é informado que:

Devem ser desenhados programas de educação financeira para atender as necessidades e o nível de alfabetização financeira do público-alvo dos programas e que reflitam a forma como esse público-alvo prefere receber informação financeira. A educação financeira deve ser vista como um processo contínuo, permanente e vitalício, especialmente a fim de capturar a maior sofisticação dos mercados, as necessidades variáveis em diferentes fases da vida e informações cada vez mais complexas (OCDE, 2005, p. 6).

Portanto, esse assunto não pode ser deixado de lado, principalmente pelo Estado, e devem ser criados programas que atendam as necessidades de cada pessoa da sociedade e que todos sejam trazidos ao mesmo nível de entendimento, pois desta forma, o benefício vem, não somente para cada um, mas também para o coletivo.

## **2.2. POR QUE A EDUCAÇÃO FINANCEIRA É IMPORTANTE?**

Segundo a S&P Ratings Services Global Financial Literacy Survey (Pesquisa Global de Educação Financeira, 2015), o Brasil esteve em 74<sup>o</sup> no ranking global de nível de conhecimento sobre Educação Financeira.

De acordo com Luciana Neto (2022), a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) divulgou que “o ano de 2021 apresentou recorde do total de endividados, registrando uma média de 70,9% das famílias brasileiras, enquanto dezembro alcançou o patamar máximo histórico para os meses consecutivos, 76,3% do total de famílias”.

E conforme uma pesquisa feita pelos economistas Marcel Balassiano e Samuel Pessoa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2021), a economia brasileira deve completar 16 anos de crescimento econômico abaixo da média mundial no ano de 2022.

Considerando as três informações citadas, é fato que o consumidor brasileiro não possui conhecimento suficiente sobre os temas que importam na hora de tomar uma decisão nas relações de consumo. Isso afeta não somente estes indivíduos, mas também a nação, pois o país não tem força para desenvolver a economia já que o assunto ainda não é tratado como deveria e nem as pessoas informadas e instruídas a tomarem as melhores escolhas. Segundo os autores Anderson Silveira, Luiz Aparecido Reis, Jailson Lana e Raul Beal Partyka (2022), a educação financeira surge como um recurso e “isso pode gerar impactos econômicos, sociais e ainda, ambientais, através, por exemplo, do consumo consciente”.

“Grande é o número de indivíduos que, pelo fato de não terem tido um contato com as questões relacionadas ao planejamento financeiro, ou seja, não terem acesso a este tipo de educação, acabam por se envolverem em situações complicadas, obtendo obrigações maiores do que a sua capacidade financeira” (SILVEIRA, REIS, LANA, PARTYKA, 2022, p. 296)

E se esses motivos não são suficientes para convencer de que esse tópico vale a atenção, é importante considerar que a Educação Financeira também pode vir a estimular o desenvolvimento de diversos outros traços comportamentais, como: organização e planejamento, autoconhecimento, gestão e inteligência financeira, autonomia, independência, disciplina e visão analítica do todo.

### 3. EDUCAÇÃO FINANCEIRA NOS ENSINOS DO BRASIL

É pertinente pontuar aqui que o Brasil, em conjunto com a Organização das Nações Unidas (ONU), possui objetivos de desenvolvimento sustentável que abordam os principais desafios de desenvolvimento enfrentados pelos países no mundo, sendo eles: erradicação da pobreza; fome zero e agricultura sustentável; saúde e bem-estar; educação de qualidade; igualdade de gênero; água potável e saneamento; energia acessível e limpa; trabalho decente e crescimento econômico; indústria, inovação e infraestrutura, redução das desigualdades; cidades e comunidades sustentáveis; consumo e produção responsáveis; ação contra a mudança global do clima; vida na água; vida terrestre; paz, justiça e instituições eficazes; e parcerias e meios de implementação. Considerando que a educação financeira pode gerar impactos econômicos, sociais e ambientais, conforme já mencionado, é possível conectar o tema com pelo menos oito dos objetivos das Nações Unidas previstos até o ano de 2030.

Com isso, o governo brasileiro criou uma estratégia federal com o objetivo de promover ações de acesso à educação financeira: a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, exposta através do decreto 7.397/2010 mais antigo e, também, pelo decreto mais recente 10.393/2020. De acordo com os documentos, “a estratégia foi instituída como política de Estado de caráter permanente” (BRASIL, Decreto 7.397, 2010) e “com a finalidade de promover a educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no país” (BRASIL, Decreto 10.393, 2020) e para isso, a estratégia principal é, de acordo, com os decretos:

“I - implementar e estabelecer os princípios da ENEF; II - divulgar as ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal propostas por seus membros, por outros órgãos e entidades públicas ou por instituições privadas; III - compartilhar as informações sobre as ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal produzidas pelos órgãos e entidades representados, para identificar as oportunidades de articulação; e IV - promover a interlocução entre os órgãos ou as entidades públicas e as instituições privadas para estimular e, sempre que possível, integrar as ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal.” (BRASIL, Decreto 10.393, 2020)

Portanto, observa-se o direcionamento sendo realizado em prol do desenvolvimento da educação financeira dos brasileiros para atingir os objetivos da Organização das Nações Unidas.

### 3.1. ENSINO FUNDAMENTAL

Para falar da educação financeira nos níveis de ensino do Brasil, é importante pontuar que a Educação Financeira é primordial desde os primeiros passos de um indivíduo em sociedade. Isso porque é possível ver já nas idades mais novas um grande interesse nas relações de consumo. As “necessidades” criadas pelas crianças neste momento vem da curiosidade sobre as coisas que existem no mundo, sendo estes os brinquedos, as roupas, os materiais escolares, as diversas comidas que estão descobrindo, entre outros. E por ser o início de sua vida, não se tem tanta noção dos recursos e relações necessários para se obter tudo o que se tem vontade.

Com isso, é válido falar que é neste momento em que se deve dar início a Educação Financeira na vida das pessoas.

No Brasil, a EF ainda está dando seus primeiros passos no Ensino Fundamental. Foi apenas em 2017 que houve aprovação da nova base curricular que inclui informações sobre este tópico na grade dos alunos, portanto, antes disso não se era ensinado de forma planejada e estratégica. Segundo o site G1 (2017) da emissora Globo, o conselheiro Cesar Callegari, presidente da comissão da BNCC, lembrou que esta nova base "é um conjunto de referenciais inédito na história do país" e que agora redes e escolas precisam preparar os detalhes de como serão seus currículos.

De acordo com o Ministério da Educação (2017), "ao longo de 2018 as escolas e redes de ensino deverão se adaptar e rever seus currículos para iniciarem a implementação da Base em 2019. A previsão é de que todo o processo esteja consolidado até 2020". Porém, esse plano não foi implementado no prazo estipulado, pois de acordo com a repórter da Agência Brasil, Mariana Tokarnia (2021), “a implementação da BNCC foi também impactada pela pandemia” do Covid. Ainda assim, pode-se observar um pensamento otimista por partes de alguns profissionais envolvidos, como o Marcelo Ferreira da Costa, vice-presidente da União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime):

“Tivemos plataformas diferentes, metodologias diferentes para enfrentar a pandemia e, se não tivesse a BNCC, quando terminasse a pandemia, não teríamos nenhum nexos no trabalho feito neste país. A gente só vai conseguir sair inteiro porque tem a BNCC. Se não existisse, não sei o que aconteceria, o retrocesso depois seria maior do que o que estamos prenunciando aqui” (COSTA, 2021)

Apesar do atraso devido às circunstâncias, é possível ver o olhar apontado ao desenvolvimento pessoal nesse quesito da EF, pois de acordo com proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) na unidade temática “Matemática”, este tópico deve e será abordado, conforme abaixo:

Outro aspecto a ser considerado nessa unidade temática é o estudo de conceitos básicos de economia e finanças, visando à educação financeira dos alunos (BNCC, 2017, p. 269).

Ainda de acordo com a BNCC (2017) “podem ser discutidos assuntos como taxas de juros, inflação, aplicações financeiras (rentabilidade e liquidez de um investimento) e impostos” de forma introdutória.

É previsto que essa unidade temática deva favorecer as crianças de forma que abranja dimensões culturais, sociais e políticas, além da econômica, sobre as questões do consumo, trabalho e dinheiro.

É possível, por exemplo, desenvolver um projeto com a História, visando ao estudo do dinheiro e sua função na sociedade, da relação entre dinheiro e tempo, dos impostos em sociedades diversas, do consumo em diferentes momentos históricos, incluindo estratégias atuais de marketing. Essas questões, além de promover o desenvolvimento de competências pessoais e sociais dos alunos, podem se constituir em excelentes contextos para as aplicações dos conceitos da Matemática Financeira e também proporcionar contextos para ampliar e aprofundar esses conceitos (BNCC, 2017, p. 269).

Portanto, nos tópicos de Matemática do Ensino Fundamental já devem ser tratados assuntos sobre o sistema financeiro que visem trazer uma base do que se deve ser ensinado posteriormente nos próximos níveis de ensino.

### **3.2. ENSINO MÉDIO**

É no Ensino Médio em que os indivíduos começam a ter uma noção maior sobre as relações de consumo e mesmo com o método previsto para o ensino básico, ainda é necessário dar continuidade no que foi visto, de forma que seja desenvolvidas maiores habilidades e feita a exposição de informações reais do cotidiano de um consumidor.

Assim como para o Ensino Fundamental, no Brasil, a proposta emitida pela Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio (EM) também foi homologada

recentemente, no ano de 2018. E apesar de se esperar que a Base Curricular tenha sido programada com objetivos de implementar cada vez mais a Educação Financeira como um todo, é possível perceber na proposta que os tópicos abordados em relação ao tema deste artigo estão mais relacionados à Matemática Financeira, que sim aborda questões importantes, mas ainda não trabalha o desenvolvimento do aluno no mundo financeiro de forma clara e intuitiva.

No Ensino Médio, na área de Matemática e suas Tecnologias, os estudantes devem consolidar os conhecimentos desenvolvidos na etapa anterior e agregar novos, ampliando o leque de recursos para resolver problemas mais complexos, que exijam maior reflexão e abstração. Também devem construir uma visão mais integrada da Matemática, da Matemática com outras áreas do conhecimento e da aplicação da Matemática à realidade (BNCC, 2017, p. 471).

É relevante esclarecer que em conjunto com outras unidades temáticas do Plano Curricular, a proposta traz ideias de como as habilidades dos alunos neste assunto devem estar após a conclusão do EM, mas que, de acordo com a BNCC – Etapa Ensino Médio, “as redes de ensino e as escolas possuem autonomia. O documento prevê conteúdos mínimos, mas caberá às secretarias de Educação e às escolas elaborar os currículos e projetos pedagógicos, tendo plena liberdade para considerar as diferentes realidades locais (BNCC, 2017). E isso pode gerar diferentes interpretações, fazendo com que a Educação Financeira não seja totalmente trabalhada.

### **3.3. ENSINO SUPERIOR**

No Ensino Superior, a Educação Financeira é tratada em sua grande parte nos cursos que são relacionados com o tema de alguma forma, como Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Administração, entre outros. E ainda não é visto de forma clara e objetiva todas as opções do mercado de se obter uma melhoria na qualidade de vida pessoal, mas sim de maneira generalizada que pode não causar impacto algum, segundo Saulo Vieira, Regiane Bataglia e Vanderlei Sereia (2011) em sua pesquisa “Educação Financeira e decisões de consumo, investimento e poupança: uma análise dos alunos de uma universidade pública do norte do paraná”.

De maneira geral verificou-se que os alunos dos cursos de Administração, Ciências Econômicas e Ciências Contábeis das séries finais apresentaram um nível de acerto das questões propostas superior aos alunos das séries iniciais. Contudo, houve questões em que esta hipótese não foi confirmada, ou seja, os alunos das primeiras séries tiveram maior número de acertos do que os da última série (VIEIRA, BATAGLIA, SEREIA, 2011, p. 81).

Nos demais cursos, não relacionados com o tema, observa-se ainda pouca atenção voltada à educação financeira. João Ferreira e Lara Castro (2019) tentaram abordar essa questão ao fazer uma pesquisa com o objetivo de identificar a diferença de conhecimento dos alunos de graduação administração, ciências contábeis, pedagogia e psicologia através de uma pesquisa descritiva, qualitativa e quantitativa. “Foi aplicado um questionário estruturado para uma amostra de 98 participantes, a fim de comparar a visão dos alunos dos diferentes cursos” (2019). O resultado não foi o esperado, pois a ideia inicial dos autores era de que haveria uma grande discrepância, porém, não se notou diferenças significativas para concluir que os alunos dos cursos relacionados possuem grandes diferenciais de aprendizado sobre educação financeira, apenas que se sentem mais seguros.

Em comparação aos cursos, os alunos de administração e ciências contábeis estão razoavelmente seguros com suas finanças, possuem uma renda um pouco mais elevada em comparação com os cursos pesquisados, e a maioria dos estudantes não realizam o monitoramento dos gastos, por falta de tempo. Os alunos de psicologia e pedagogia não se sentem seguros, tem uma renda de até um salário-mínimo, a grande maioria dos alunos, ainda não faz o controle de gastos por não saber fazer, em relação a preocupação com o futuro financeiro, a maioria dos alunos possuem interesse, mas não colocam em prática (FERREIRA, CASTRO, 2019, p. 153).

É importante mencionar que parte desses profissionais, após a graduação, acabam endividados ou, em casos de autônomos, vão a falência após ingressarem no mercado, pois apesar de serem bons no que fazem, não possuem conhecimentos em finanças pessoais e de negócio e não conseguem gerir seu dinheiro.

Segundo a Pesquisa “Sobrevivência de Empresas” feita pelo Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), “29% dos que vão à falência em até 5 anos são os Microempreendedores Individuais (MEI), seguindo com as Microempresas (ME) em 21,6% e as Empresas de Pequeno Porte (EPP) com 17%”. E conforme já mencionado, o número de pessoas endividadas no Brasil se mostra expressivo há anos.

Portanto, mostra-se mais uma vez a necessidade da educação financeira na vida de todos os cidadãos em todos os níveis de aprendizagem e observa-se que mesmo no ensino superior, não é tão eficaz, como seria se fosse abordada desde a infância e fizesse parte da cultura da população do país, pois o desenvolvimento do pensamento crítico acerca do assunto poderia atrair maiores e melhores impactos sociais e econômicos.

#### **4. REVISÃO DE LITERATURA**

Para validar as considerações feitas aqui, será disposto uma revisão bibliográfica de pesquisas que mostram a realidade, conceito e definição da Educação Financeira no Brasil de forma gradual, sendo da última década e meia. Para encontrar essas pesquisas, o método utilizado foi a busca sobre o tema nas principais revistas acadêmicas do Brasil e as utilizadas nesta pesquisa foram “Paradigmas da Educação Financeira no Brasil” (2007), “Educação Financeira e Decisões de Consumo, Investimento e Poupança” (2011), “Educação Financeira” (2012), “Nível de Alfabetização Financeira dos Estudantes Universitários” (2013), “Educação Financeira e Taxa de Poupança no Brasil” (2013), “Determinantes da Alfabetização Financeira: análise da influência de variáveis socioeconômicas e demográficas” (2015), “A Matemática Financeira e Educação Financeira: impactos na formação inicial do professor” (2018), “Educação Financeira: programa de educação financeira nas escolas à luz da governamentalidade” (2018) e “Educação Financeira: pesquisa e análise do conhecimento e planejamento financeiro dos alunos de uma instituição de ensino superior de minas gerais” (2021).

Em Paradigmas da Educação Financeira no Brasil, os autores José Roberto Savoia, André Saito e Flávia Santana (2007) tiveram como objetivo analisar o tema no país a partir das ações do processo de educação realizadas em contexto nacional até o ano de 2007. O estudo foi realizado em cima das movimentações feitas pelos principais órgãos governamentais, instituições financeiras e de ensino, associações e mídia brasileira acerca do assunto, como o Ministério da Educação e Cultura (MEC), universidades, Banco Central do Brasil (BACEN), Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), Serasa, Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (ABECS), entre outros.

O resultado obtido foi de que "tais ações são insuficientes para atender a demanda por esses conhecimentos" (SAVOIA, SAITO, SANTANA; 2007, p. 1133), pois apesar das mudanças de cenário econômico no país, a educação financeira não caminhou no mesmo sentido e está muito distante do necessário para habilitar a população sobre o tema.

Para analisar o impacto de ter de um lado as demandas trazidas com o desenvolvimento econômico e tecnológico sobre finanças pessoais e do outro a população carente dessas informações, os autores Saulo Videira, Regiane Bataglia e Vanderlei Sereia (2011) buscaram avaliar se a educação financeira obtida nos cursos de graduação influencia nas atitudes de consumo, poupança e investimento de cada indivíduo. A amostra utilizada na pesquisa foi "composta por 610 alunos de graduação dos Cursos de Administração, Ciências Econômicas e Ciências Contábeis de uma universidade pública do norte do Paraná" (2011, p. 61) do primeiro e último ano de cada curso no período de março a abril de 2008. E a metodologia da pesquisa foi baseada em métodos estatísticos, no qual os elementos foram aleatórios simples "a nível de significância e margem de erro tolerável de 5%" (2011, p. 61) obedecendo o critério de proporcionalidade.

A partir de 24 questões que traziam conceitos de finanças, nível de conhecimento, perfil do respondente e decisões financeiras, os autores Saulo Videira, Regiane Bataglia e Vanderlei Sereia (2011) concluíram que apesar dos alunos que estão no final do curso terem apresentado um nível de acerto maior que os que estão em fase inicial, os testes estatísticos revelaram que as hipóteses iniciais não podem ser confirmadas, "pois, [...] esta variação não foi significativa" (2011, p. 81), ou seja, existem outras fontes de conhecimento que também são relevantes, "como a experiência prática e a família" (2011, p. 81), confirmando assim a ideia deste artigo de que mesmo sendo oferecido, ainda há muitos pontos de melhorias para a potencial mudança de hábitos financeiros.

Para retratar esses hábitos, a autora Maria Oliveiri (2012) buscou refletir a situação da população brasileira e mostrar a relevância de um processo de constante aprendizado. Ela trouxe questões apoiadas em contribuições teóricas dos autores Abreu Filho (2004) e Pereira (2003) que discutem finanças e a maneira que as pessoas lidam com elas. Como análise, alguns estilos puderam ser notados, sendo o "gastador ou consumista", "entesourador ou poupador", "desligado do dinheiro",

“escravo do dinheiro”, “quem tem raiva do dinheiro” e o “confuso entre amor e dinheiro” (PEREIRA, 2003, p. 32 apud OLIVEIRI, 2012, p. 48). Sendo assim, esse apuramento reforça a ideia de que há diferentes perfis financeiros e, por isso, é indispensável “uma educação financeira para a obtenção de um bom resultado em cada estilo” (OLIVEIRI, 2012, p. 49).

Com um intuito parecido com os autores Saulo Videira, Regiane Bataglia e Vanderlei Sereia (2011), os autores do artigo “Nível de Alfabetização Financeira dos Estudantes Universitários”, Ani Potrich, Kelmara Vieira e Paulo Ceretta (2013) tiveram como objetivo verificar se os estudantes universitários são alfabetizados financeiramente, mas principalmente se são afetados por variáveis socioeconômicas e demográficas. A pesquisa foi aplicada no período de abril a maio de 2013 a 534 estudantes de graduação na região central do Rio Grande do Sul, dos quais “49,25%, durante sua formação profissional, concluíram disciplinas relativas às Finanças (ou seja, possuem formação financeira) e 50,75% dos indivíduos não possuem tal formação” (2013, p. 9).

Para avaliar o nível de entendimento e a influência das variáveis socioeconômicas e demográficas de gênero, idade, estado civil, dependentes, raça, ascendência, ocupação e renda na alfabetização financeira, a metodologia utilizada foi a regressão linear múltipla. O resultado sobre o nível de alfabetização ainda foi muito parecido com a pesquisa do período anterior, pois revelou que apesar de um comportamento positivo, não é totalmente satisfatório, ou seja, preocupam-se e são cautelosos, mas não possuem conhecimentos amplos sobre todos os tipos de produtos e serviços disponíveis no mercado e, além disso, o comportamento mais insatisfatório foi o de investimento e poupança, “dado que os estudantes não apresentam, de forma bem estabelecida, hábitos de poupar mensalmente e de manter uma reserva financeira para casos inesperados” (ANI POTRICH, KELMARA VIEIRA, PAULO CERETTA; 2013, p. 13). E ao observar a influência das questões socioeconômicas e demográficas, foi possível concluir que homens, jovens, pessoas brancas, pessoas empregadas e com renda superior, possuem uma melhor conscientização sobre o tema e demonstram tomar melhores decisões financeiras.

Conforme mencionado, a pesquisa acima demonstrou o comportamento menos insatisfatório como o ato de investir e poupar e, para entender este resultado, foi analisada uma outra pesquisa feita pelos autores Cristiano Costa e Cléber Miranda

(2013), onde o objetivo desta vez era entender especificamente se o nível de escolaridade, medido em anos de estudo, possuem o mesmo efeito que estudos específicos na área financeira no momento de decisão de quanto poupar. A pesquisa quantitativa foi feita com 345 indivíduos por meio de questionário online no período de agosto a outubro de 2012 e os resultados foram avaliados pela regressão linear múltipla. Do total da amostra, 75 pessoas declararam não poupar nada de sua renda mensal, o que representa aproximadamente 22%. E, de forma geral, o nível de escolaridade não influencia na taxa de poupança, o que valida o argumento de que a educação em si não pesa nos conhecimentos financeiros se não houver o contato com matérias específicas da área financeira.

Com a intenção de seguir aqui a ordem cronológica de estudo, as autoras Ani Potrich e Kelmara Vieira (2015), em conjunto desta vez com Guilherme Kirch (2015) realizaram outra pesquisa de campo com o intuito de avaliar se houve progresso desde o ano de 2013 no modelo que explique o nível de alfabetização financeira a partir das variáveis socioeconômicas e demográficas. A amostra abrangeu um número maior de indivíduos, sendo 1.400 pessoas residentes do Rio Grande do Sul. A análise dos dados foi feita através de estatísticas descritivas e técnicas de análise multivariada e foram estimados modelos logit e probit (2015) com as variáveis gênero, estado civil, dependentes, ocupação, idade, escolaridade, escolaridade do pai, escolaridade da mãe, renda própria e renda familiar. As hipóteses consideradas para esta pesquisa foram, de acordo com os autores, as seguintes:

“H1: Indivíduos do gênero masculino possuem maior propensão a integrar o grupo com maior nível de alfabetização financeira vis-à-vis indivíduos do gênero feminino. H2: Indivíduos jovens e idosos possuem menor propensão a compor o grupo com maior nível de alfabetização financeira que indivíduos de idade intermediária. H3: Indivíduos casados possuem maior probabilidade de integrar o grupo com maior nível de alfabetização financeira quando comparados aos indivíduos solteiros. H4: Indivíduos com dependentes possuem menor propensão a compor o grupo com maior nível de alfabetização financeira vis-à-vis indivíduos sem dependentes. H5: Indivíduos com ocupação possuem maior propensão a integrar o grupo com maior nível de alfabetização financeira que indivíduos sem ocupação. H6: Quanto maior o nível de escolaridade do indivíduo maior é a probabilidade de ele compor o grupo com maior nível de alfabetização financeira. H7: Quanto maior o nível de escolaridade dos pais maior é a probabilidade de o indivíduo integrar o grupo com maior nível de alfabetização financeira. H8: Quanto maior o nível de renda (própria e familiar) maior é a probabilidade de o indivíduo compor o grupo com maior nível de alfabetização financeira.” (POTRICH, VIEIRA, KIRCH; 2015, p. 367).

A partir destas previsões, foi apurado a partir da pesquisa que as hipóteses 1, 4, 6 e 8 podem ser aceitas, sendo assim, 1) as mulheres possuem menos propensão de responder corretamente e, conseqüentemente, tomarem piores decisões com suas finanças pessoais; 4) pessoas com dependentes tendem a ter menores conhecimentos quando comparados aos grupos de pessoas sem dependentes, o que apesar de ir a favor da previsão, o resultado não é consistente com a ideia de que ao visarem o bem-estar familiar, teriam maior apreensão com o orçamento e, conseqüentemente, maiores interesses financeiros; 6) pessoas com maiores níveis de escolaridade possuem maiores probabilidades de compor o grupo com conhecimentos do tema, mas é importante ressaltar aqui que de acordo com os autores Cristiano Costa e Cléber Miranda (2013), já mencionados, é mais relevante quando a escolaridade é composta por assuntos de educação financeira; e 8) respondentes com faixa de renda maior tendem a fazer parte de grupos com maiores conhecimentos financeiros, pois possuem maiores condições de buscarem oportunidades para si mesmos. Por outro lado, as hipóteses 2, 3, 5 e 7 “não apresentaram coeficientes estatisticamente significantes” (2015, p. 372), o que significa que as variáveis idade, estado civil, ocupação e nível de escolaridade dos pais representam um baixo nível de significância para a alfabetização financeira, o que vai contra às sugestões feitas anteriormente.

Será disposto aqui então um outro ponto que as pesquisas anteriores forçam a reflexão. Se conforme mencionado, o estudo da educação financeira impacta realmente nos hábitos e comportamentos, é indispensável pensar sobre o outro lado da moeda, então é buscado entender se os profissionais da área estão aptos para o ensino do que é necessário para o desenvolvimento da população nesse sentido.

Para observar isso, Adriana Somavilla, Evandro Andretti e Tania Bassoi (2018) levantaram uma pesquisa sobre os aspectos da presença da Matemática no curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Estadual do Oeste do Paraná de Cascavel/PR. O objetivo foi olhar para a formação desses profissionais, considerando que a formação hoje não se deve mais ser criada apenas pela racionalidade técnica, mas também em uma perspectiva de capacidade de decisão e reflexão. Para instrumento de análise foram pegos os Planos de Ensino da universidade do período de 1989 a 2017, realizado entrevistas com os docentes e alunos e utilizado o método fenomenológico hermenêutico.

Os resultados obtidos geraram certa contradição que vem desde a responsabilidade pública em alinhar as expectativas e realidades dessa temática em sua aplicação até a falta de interesse dos profissionais da área de Matemática na Educação Financeira. Isso porque quanto às ementas verificadas, a maioria das questões de Matemática Financeira são trazidas de formas técnicas e não realmente aplicadas ao cotidiano, além disso, a metodologia utilizada é expressamente diferente quando comparadas com cursos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, que são modificadas conforme os objetivos de cada curso. E quanto aos profissionais de Matemática, foi observada uma ideia de que a Educação Financeira pode ser adquirida paralelamente e não no curso em si. Outro ponto é que na universidade relatada, a disciplina não possui um professor especializado em Educação Financeira, mas sim Matemática Financeira e em alguns momentos é uma especialização totalmente divergente do que é esperado para a disciplina, acontecendo principalmente pela inferiorização do conteúdo quanto aos demais e também pela escassez de recursos públicos para contratação adequada.

E conforme mencionado nesta pesquisa, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) homologou a necessidade da inserção obrigatória da Educação Financeira no Ensino Fundamental e Médio, mas ao considerarmos que muitos dos profissionais são do curso de Matemática, a dúvida que transparece é se estes estão aptos para trazer o ponto de vista conceitual e aplicado com a intenção de trazer reflexões e melhores decisões financeiras para os alunos ou se a Matemática Financeira continuará sendo utilizada como substituição, o que já foi visto não ser impactante para atingir os objetivos propostos.

Desta forma, é necessário compreender a importância do Estado em trazer programas sociais e educacionais para o âmbito de inclusão social e econômica de todos os cidadãos. O Brasil vem aperfeiçoando suas estratégias nesse quesito, porém ainda há um longo caminho a ser percorrido, considerando que novos planos de ensino foram incluídos no ensino fundamental e médio, mas não totalmente aplicados e ainda livre para interpretações. E apesar de atualmente as instituições privadas terem maior impacto na educação financeira das pessoas, é preciso lembrar que é dever do Estado criar sujeitos conscientes através da Governamentalidade, conceito este que traz a ideia de esforço para criar pessoas governáveis.

De acordo com Noelle Cabral, Luciana Azeredo e Guilherme Urias (2018), “governamentalidade não se trata de uma força dominante que exerce controle direto sobre a conduta de indivíduos, mas uma tentativa de determinar as condições nas quais, indivíduos são capazes de conduzir-se livremente”. E que “sempre que o governo anuncia um novo programa ou uma nova lei, o cidadão-eleitor que deseje analisar benefícios e custos dessa intervenção pode se perguntar: qual a falha de mercado que se está querendo corrigir?” (MENDES, 2011, p. 1 apud CABRAL, AZEREDO, URIAS, 2018, p. 223).

Isso representa neste contexto que a inserção recente da educação financeira nos planos de ensino básico é uma forma de conserto de uma falha educacional que reflete nos setores econômicos e sociais. Porém, ainda é visível a falta de políticas públicas que compreendam o amplo cenário e o impacto real que a falta de educação financeira pode trazer, pois há uma pequena tentativa que não abrange outras questões que não serão analisadas aqui, mas que podem ficar para reflexão de outro momento, como a fiscalização da liberação de crédito por parte do setor privado, pois de acordo com Noelle Cabral, Luciana Azeredo e Guilherme Urias (2018), “pode-se citar a negativa das instituições financeiras deliberarem o acesso ao crédito (serviço) a 64,17% dos brasileiros (KASTNER, 2017), devido [...] o baixo nível de conhecimento financeiro”, ou seja, o problema não é visto por todos os ângulos.

Com isso, os autores Noelle Cabral, Luciana Azeredo e Guilherme Urias (2018) concluíram que apesar do reforço da importância dos conhecimentos financeiros, o Estado tem trabalhado apenas em cima da “consciência” e “autonomia” do jovem aluno, tirando em partes seus próprios deveres, pois segundo ele, os novos planos de ensino “reforçam a importância do conhecimento em educação financeira para sair de endividamentos, mas também induzem a consumir mais por outros meios, ou seja, a “não se endividar para consumir mais” (BUARQUE, 2012 apud FELICIANO, 2012, p. 57 apud CABRAL, AZEREDO, URIAS, 2018, p. 228).

Tendo em vista todas essas questões e, também, as pesquisas realizadas anterior às condições trazidas pelas novas ideias de representação da educação financeira, foi analisada, por fim, uma pesquisa mais recente elaborada por Tamires Barbosa, Donata Guerra, Kamila Jacob e Pricilla Couto (2021) em “Educação Financeira: pesquisa e análise do conhecimento e planejamento financeiro dos alunos de uma instituição de ensino superior de minas gerais”.

A finalidade foi de entender se os alunos das graduações disponíveis têm conhecimentos necessários para tomadas de decisões pessoais financeiras, visto que o assunto do ensino de educação financeira foi levantado de forma mais contínua nos últimos cinco anos. A pesquisa de 16 questões foi aplicada à 120 alunos dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Direito, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Nutrição e Psicologia, no ano de 2020. Com nível de confiabilidade de 90%, o levantamento de dados foi feito para uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa e qualitativa. O apuramento trouxe mais uma vez a conclusão de que apesar de possuírem maiores compreensões, ainda não são todas as essenciais para a tomada das melhores decisões de consumo, poupança e investimento.

“51,7% dos entrevistados responderam ter um conhecimento básico; 33,3% um conhecimento intermediário; 6,7% responderam que não possui nenhum conhecimento e 8,3% afirmaram não conseguir mensurar o nível de conhecimento em Educação Financeira” (BARBOSA, GUERRA, JACOB, COUTO; 2021, p. 11-12).

Porém, é interessante observar que os alunos se interessam pelo assunto e gostariam que fosse algo ensinado com mais detalhes e frequência em todos os âmbitos de ensino, pois “82,5% dos alunos responderam que sim, a instituição deveria oferecer um curso em educação financeira, 16,7% responderam que talvez e apenas 0,8% responderam que não deveria oferecer” (BARBOSA, GUERRA, JACOB, COUTO; 2021, p. 19), o que traz a ideia de que apesar de falho, o tema já é tratado com uma perspectiva diferente de anos atrás, quando o assunto não era nem um tópico abordado entre os brasileiros.

Para melhor visualização das informações trazidas, é disposto abaixo a ordem cronológica das pesquisas sobre o tema:

<b>Artigo</b>	<b>Ano</b>	<b>Propósitos</b>	<b>Resultados</b>
Paradigmas da Educação Financeira no Brasil	2007	Analisar o tema no país a partir das movimentações de ensino feitas pelos principais órgãos e instituições públicas e privadas	Tais ações são insuficientes para atender a demanda por esses conhecimentos

Educação Financeira e Decisões de Consumo, Investimento e Poupança	2011	Avaliar se a educação financeira obtida nos cursos de graduação influência nas atitudes financeiras	Os testes estatísticos revelaram que as hipóteses iniciais não podem ser confirmadas
Educação Financeira	2012	Refletir a situação da população brasileira e mostrar a relevância de um processo de constante aprendizado	Foram revelados diversos hábitos financeiros que contribuem com a ideia de um aprendizado constante e adaptado
Nível de Alfabetização Financeira dos Estudantes Universitários	2013	Verificar se os estudantes universitários são alfabetizados financeiramente e se são afetados por variáveis socioeconômicas e demográficas	Apesar de um comportamento positivo, não é totalmente satisfatório. Homens, jovens, pessoas brancas, empregadas e com renda superior, possuem maior conhecimento
Educação Financeira e Taxa de Poupança no Brasil	2013	Entender especificamente se o nível de escolaridade, medido em anos de estudo, possuem o mesmo efeito que estudos específicos na área financeira	A educação em si não pesa de forma significativa nos conhecimentos financeiros se não houver o contato com matérias específicas da área financeira
Determinantes da Alfabetização Financeira: análise da influência de variáveis socioeconômicas e demográficas	2015	Avaliar se houve progresso desde o ano de 2013 no modelo que explique o nível de alfabetização financeira a partir das variáveis socioeconômicas e demográficas	Não houve progresso significativo

A Matemática Financeira e Educação Financeira: impactos na formação inicial do professor	2018	Olhar para a formação desses profissionais e entender se estão alinhados com os objetivos da educação financeira	Não há alinhamento de expectativa e realidade e os profissionais não se encontram aptos para administrar a matéria da forma proposta
Educação Financeira: programa de educação financeira nas escolas à luz da governamentalidade	2018	Analisar e avaliar o papel do Estado e sua governamentalidade no tema de educação financeira	O Estado tem trabalhado apenas em cima da “consciência” e “autonomia” do jovem aluno, tirando em partes seus próprios deveres
Educação Financeira: pesquisa e análise do conhecimento e planejamento financeiro dos alunos de uma instituição de ensino superior de minas gerais	2021	Entender se os alunos das graduações disponíveis têm conhecimentos necessários para tomadas de decisões pessoais financeiras	Apesar de possuírem maiores compreensões, ainda não são todas as essenciais para a tomada das melhores decisões de consumo, poupança e investimento.

Fonte: autor, 2022.

Sendo assim, conclui-se a avaliação do cenário brasileiro quanto à educação financeira no Brasil e observa-se que ainda há um caminho longo a ser percorrido através de estratégias de engajamento educacional, social e econômico para, assim, serem desenvolvidos seres conscientes e capazes de tomarem as decisões mais adequadas ao perfil de cada um de acordo com a realidade econômica do país.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do atual cenário do Brasil, é visto que a educação financeira tem um importante papel na vida dos cidadãos influenciando diretamente em suas decisões de consumo, investimento e poupança. E para alcançar essa proposta que a aplicação real dos conhecimentos financeiros traz, é necessário estabelecer metas e objetivos,

através de programas de capacitação que possuam diferentes níveis de aprendizados. Entender o que a educação financeira significa é entender muito mais do que é o dinheiro em si, mas também compreender o sistema capitalista e financeiro, o empreendedorismo e até mesmo a situação social, política e econômica do país.

Sendo assim, nota-se que a educação financeira e seu ensino se tornou um tema transversal e multidisciplinar que pode ser desbravada através de diversas formas e que, além disso, deve ser estudada nos diferentes níveis de ensino, desde o início da vida de cada cidadão. Observa-se ainda que as políticas públicas e projetos privados desenvolvidos até o momento ainda não geraram alto impacto no resultado do desenvolvimento do Brasil como um todo e ainda há uma certa distância do que se pode considerar ideal para a conscientização e prática de melhores decisões econômicas, porém, já existem diversas orientações e instruções para as melhores práticas de ensino.

Aqui é válido mencionar que apesar de não observarmos os resultados esperados nas pesquisas trazidas, o governo federal brasileiro tem trabalhado fortemente na tentativa de abranger cada vez mais sobre o tema no país e que, conforma já mencionado, este é um grande desafio para o desenvolvimento dos países envolvidos na Organização das Nações Unidas, portanto, é esperado que não seja uma tarefa fácil. Além do mais, segundo a Associação de Educação Financeira do Brasil, houve uma evolução do número de iniciativas da Semana Nacional de Educação Financeira realizada pela ENEF, sendo 170 iniciativas no ano de 2014 e 14.835 no ano de 2019. Portanto, é possível constatar uma atenção voltada à promoção da educação financeira por parte do Estado.

As limitações desta pesquisa se dão pelo não alcance da totalidade das pesquisas, não exaurindo as possibilidades de discussão pertinentes, uma vez que as pesquisas são por amostragem e podem não refletir casos especiais e mesmo as disparidades locais na extensão do Brasil. E para futuros estudos recomenda-se uma pesquisa de campo que permita vislumbrar na prática o alcance da educação financeira e seus impactos sociais e econômicos nas comunidades que estão inseridas as instituições de ensino.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Tamires Ferreira et al. Educação Financeira. **CIÊNCIA DINÂMICA**, v. 14, n. 1, p. 1-25, 2021.

BRASIL. Decreto Nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010. Institui a Estratégia de Educação Financeira. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2010.

BRASIL. Decreto Nº 10.393, de 09 de junho de 2020. Institui a Nova Estratégia de Educação Financeira. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2020.

COSTA, Cristiano Machado; MIRANDA, Cléber José. Educação Financeira e taxa de poupança no Brasil. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 3, n. 3, p. 57-74, 2013.

DE AZEREDO, Luciana Aparecida Silva; URIAS, Guilherme Muniz Pereira Chaves; CABRAL, Noelle Cristina Alves. Educação financeira: programa de educação financeira nas escolas à luz da governamentalidade. **Horizontes**, v. 36, n. 3, p. 217-230, 2018.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA. Conceito de Educação Financeira no Brasil. **ENEF**, 2017. Disponível em: [https://www.vidaedinheiro.gov.br/educacao-financeira-no-brasil/?doing\\_wp\\_cron=1645203957.2806890010833740234375](https://www.vidaedinheiro.gov.br/educacao-financeira-no-brasil/?doing_wp_cron=1645203957.2806890010833740234375). Acesso em: 05 de novembro de 2022.

FERREIRA, João Batista; CASTRO, Iara Maria. EDUCAÇÃO FINANCEIRA: Nível de conhecimentos dos alunos de uma Instituição de Ensino Superior. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 12, n. 1, p. 134-156, 2020.

FORTE, Claudia Márcia de Jesus (org.). **Estratégia nacional de educação financeira (ENEF): em busca de um Brasil melhor**. São Paulo: Riemma, 2020.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. Projeto Educação Financeira. **Fundação Banco do Brasil**, 2022. Disponível em: <https://www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/EducacaoFinanceira.pdf>. Acesso em: 20 de novembro de 2022.

G1, GLOBO. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) dos ensinos infantil e fundamental é aprovada. **G1**, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/base-nacional-comum-curricular-bncc-e-aprovada-em-conselho.ghtml>. Acesso em: 05 de novembro de 2022.

G1, GLOBO. Base Nacional Comum Curricular do ensino médio, BNCC, é aprovada pelo Conselho Nacional de Educação. **G1**, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2018/12/04/base-nacional-curricular-comum-e-aprovada-pelo-conselho-nacional-de-educacao.ghtml>. Acesso em: 04 de novembro de 2022.

KLAPPER, L.; LUSARDI, A.; OUDHEUSDEN, P. Financial Literacy Around the World. **GFLEC**, 2015. Disponível em: <https://gflec.org/initiatives/sp-global-finlit-survey/>. Acesso em: 12 de novembro de 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Base Comum Curricular será homologada por ministro da Educação Mendonça Filho no dia 20. **Portal Ministério da Educação**, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/base-comum-curricular>. Acesso em: 05 de novembro de 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular**, 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 05 de novembro de 2022.

NETO, L. Brasil encerrou 2021 com recorde de endividados. **CNC Portal do Comércio**, 2022. Disponível em: <https://www.portaldocomercio.org.br/noticias/brasil-encerrou-2021-com-recorde-de-endividados/410549>. Acesso em: 05 de novembro de 2022.

NOGUEIRA, M. História do comércio. **Estudo Prático**, 2015. Disponível em: <https://www.estudopratico.com.br/historia-do-comercio/>. Acesso em: 01 de novembro de 2022.

OCDE. **Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira**, julho de 2005. Disponível em: <https://www.oecd.org/brazil/morenews/>. Acesso em: 04 de novembro de 2022.

OLIVIERI, Maria de Fátima Abud. Educação financeira. **Revista Eniac Pesquisa**, v. 2, n. 1, p. 43-51, 2013.

ONU, Brasil. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2023.

PESSÔA, S.; BALASSIANO, M. Desempenho da Economia Brasileira nos Últimos Oito Quadriênios (1987-2018): Um Estudo em Painel Comparando os Dados Observados e Previstos. **ANPEC**, 2021. Disponível em: [https://www.anpec.org.br/sul/2021/submissao/files\\_/i6-0e903480b394a0e4be63b63df9a6c313.pdf](https://www.anpec.org.br/sul/2021/submissao/files_/i6-0e903480b394a0e4be63b63df9a6c313.pdf). Acesso em: 15 de novembro de 2022.

POTRICH, Ani Caroline Grigion; VIEIRA, Kelmara Mendes; CERETTA, Paulo Sergio. Nível de alfabetização financeira dos estudantes universitários: afinal, o que é relevante? **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 12, n. 3, p. 315-334, 2013.

POTRICH, Ani Caroline Grigion; VIEIRA, Kelmara Mendes; KIRCH, Guilherme. Determinantes da alfabetização financeira: análise da influência de variáveis socioeconômicas e demográficas. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 26, p. 362-377, 2015.

SAVOIA, J.; SAITO, A.; SANTANA, F. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração pública**, v. 41, n. 6, p. 1121-1141, 2007.

SEBRAE. Sobrevivência de Empresas do Sebrae. **SEBRAE**, 2021. Disponível em: [https://www.agenciasebrae.com.br/asn/Estados/NA/Sobrevivencia-empresas-sebrae\\_Final.pdf](https://www.agenciasebrae.com.br/asn/Estados/NA/Sobrevivencia-empresas-sebrae_Final.pdf). Acesso em: 15 de novembro de 2022.

SILVEIRA, Anderson et al. Dinheiro na mão é vendaval: um caso de educação financeira. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 16, n. 3, 2022.

SOMAVILLA, Adriana; ANDRETTI, Evandro; BASSOI, Stella. A Matemática Financeira e Educação Financeira: impactos na formação inicial do professor. **Tangram–Revista de Educação Matemática**, v. 2, n. 1, p. 102-121, 2019.

VIEIRA, Saulo Fabiano Amancio; BATAGLIA, Regiane Tardiolle Manfre; SEREIA, Vanderlei José. Educação financeira e decisões de consumo, investimento e poupança: uma análise dos alunos de uma universidade pública do norte do Paraná. **Revista de Administração Unimep**, v. 9, n. 3, p. 61-86, 2011.

TOKARNIA, Mariana. Base curricular deve ajudar a recuperar atrasos na aprendizagem. **Agência Brasil**, 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2021-09/base-curricular-deve-ajudar-recuperar-atrasos-na-aprendizagem>. Acesso em: 29 de janeiro de 2023.